



AS MODALIDADES DEÔNICA E VOLITIVA EM PLANOS DE GOVERNO



DEONTIC AND VOLITIVE MODALITIES IN GOVERNMENT PLANS

ANDRÉ SILVA OLIVEIRA

MARIA DE FÁTIMA SOUSA LOPES

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | OS AUTORES
RECEBIDO EM 30/03/2021 • APROVADO EM 24/04/2021

Abstract

This work aims to analyze the argumentative behavior of the deontic and volitive modalities in the government plan genre, in order to investigate how the aspects of pragmatic and semantic order influence the discourse chain of the candidates for the mayor of Fortaleza in the 2020 elections. For this, we resort to descriptive studies on Discursive Modalization, specifically in the works of Cervoni (1989), Castilho and Castilho (2002), Nascimento (2009, 2010), Koch (2011), Neves (2011), Nascimento e Silva (2012) and Oliveira (2020a, 2020b). Regarding the category of modality, we are guided by the typology proposed by Hengeveld (2004) which defines the deontic modality as that related to the rules of conduct and the volitive modality as that referring to what is (un) desirable. After analyzing the occurrences, we found that mainly in the deontic modalities, there is the exclusion of the candidate in the establishment of the modal obligation value and with modal orientation for the Event. In turn, we found that preferably in volitive modalizations there is the inclusion of the candidate in the establishment of the modal value of intention and with modal orientation for the Participant.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar o comportamento argumentativo das modalidades deônica e volitiva no gênero plano de governo, no intuito de averiguar como os aspectos de ordem pragmática e semântica

influenciam no encadeamento discursivo dos candidatos à prefeitura de Fortaleza nas eleições 2020. Para isso, recorreremos aos estudos descritivos sobre a Modalização Discursiva, especificamente nos trabalhos de Cervoni (1989), Castilho e Castilho (2002), Nascimento (2009, 2010), Koch (2011), Neves (2011), Nascimento e Silva (2012) e Oliveira (2020a, 2020b). No que tange à categoria modalidade, pautamo-nos na tipologia proposta por Hengeveld (2004), que define a modalidade deôntica como aquela relativa às normas de conduta, e a modalidade volitiva como aquela referente ao que é (in)desejável. Após a análise das ocorrências, constatamos que, majoritariamente, nas modalizações deônticas, há a exclusão do candidato na instauração do valor modal de obrigação e com orientação modal para o Evento. Por sua vez, averiguamos que, preferencialmente, nas modalizações volitivas, há a inclusão do candidato na instauração do valor modal de intenção e com orientação modal para o Participante.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Discursive Modalization. Deonticity. Volitivity.

PALAVRAS-CHAVE: Modalização Discursiva. Deonticidade. Volitividade.

Texto integral

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho consiste em analisar as modalidades deôntica e volitiva como recurso e estratégia argumentativa no gênero político plano de governo, analisando a qualificação dos conteúdos modais deônticos e volitivos com base nos parâmetros predispostos para a categoria modalidade em Hengeveld (2004), a saber: o *domínio semântico*, que diz respeito à avaliação que se faz do enunciado modalizado; e a *orientação modal*, que se refere à perspectiva sobre a qual recai o enunciado modalizado.

Acreditamos que as modalidades deôntica e volitiva possam ser engendradas e, assim, empregadas como recurso e estratégia argumentativa em planos de governo. Isso porque os candidatos(as) estabelecem metas e objetivos governamentais com base nos deveres e nas obrigações (modalidade deôntica) que lhes serão inerentes como futuro prefeito(a); assim como manifestam suas intenções, pretensões ou disposições em alcançarem ou realizarem ações políticas a partir do que lhes parecem (in)desejável (modalidade volitiva).

Ponderamos, portanto, que os conteúdos modais deônticos e volitivos instaurados poderiam funcionar como mecanismos de persuasão, na tentativa de conduzir o seu público eleitor a aderir as suas propostas e, com isso, saírem vitoriosos em sua campanha eleitoral, tornando-se, assim, prefeito(a) da cidade. Desse modo, propomo-nos a investigar como os aspectos pragmáticos e semânticos envolvidos na instauração das modalidades deôntica e volitiva poderiam contribuir nos efeitos de sentido pretendidos pelos(as) candidatos(as) à prefeitura de Fortaleza na instauração dos conteúdos modais deônticos e volitivos.

Com o propósito de investigarmos acerca das modalidades deôntica e volitiva como recurso e estratégia argumentativa, abordá-las-emos a partir dos principais estudos realizados, na seara da Linguística, sobre o conceito de *Modalização*

Discursiva, para, posteriormente, passarmos para a sua apreciação como subtipos modais em Hengeveld (2004).

2. MODALIDADE E CONSTRUÇÃO ARGUMENTATIVA

De acordo com Palmer (1986, p. 16), a modalidade pode ser delimitada como “a gramaticalização das opiniões e das crenças subjetivas do falante”.¹ Com base no autor, entendemos que a modalidade seria a expressão subjetiva dos pontos de vista do falante acerca do conteúdo que por ele é veiculado em seu discurso. Em outras palavras, a modalidade diz respeito à atitude do falante perante o que é dito, revelando os seus conhecimentos e as suas crenças sobre o mundo real (epistêmica); o que ele avalia ou prescreve em relação ao que é interpretado como regra e norma de conduta (deôntica); a expressão de seus desejos, suas vontades e suas intenções sobre a concretização de algum evento (volitiva); ou a caracterização das habilidades e das capacidades inerentes ou adquiridas dos sujeitos ou das circunstâncias físicas que propiciam a concretização de um dado estado-de-coisas (facultativa).

Ao entendermos que a modalidade está, intrinsecamente, relacionada às atitudes do falante em relação ao que ele enuncia, ponderamos que os diferentes tipos de modalidade (epistêmica, deôntica, volitiva, facultativa, etc.) possam funcionar como recurso e estratégia argumentativa. De acordo com Nascimento (2009), a categoria modalidade permite que o falante, responsável pelo seu discurso, consiga imprimir seu ponto de vista ou a sua avaliação subjetiva sobre o conteúdo de sua enunciação ou sobre a própria enunciação. Por isso, o estudo da modalidade abrange também as questões argumentativas relativas aos diferentes tipos de gêneros discursivos, o que inclui os enunciados que são produzidos no âmbito jurídico, religioso, político, jornalístico, etc.

Considerando o caráter argumentativo da categoria modalidade, diversos autores têm desenvolvido trabalhos centrados na esfera da *Modalização Discursiva*, tais como Cervoni (1989), Castilho e Castilho (2002), Nascimento (2009, 2010), Koch (2011), Neves (2011), Nascimento e Silva (2012) e Oliveira (2020a, 2020b).

Para Cervoni (1989), o conceito de modalidade, na seara da Linguística, pode ser estabelecido em relação à verdade da proposição que a própria modalização afeta. Nesse sentido, os estudos linguísticos se voltam para os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos relativos aos enunciados modalizados. Assim, a categoria modalidade pode ser definida “como o reflexo, na linguagem, do fato de que tudo o que o homem pode ser, sentir, pensar, dizer e fazer se insere numa perspectiva particular” (CERVONI, 1989, p. 75). De acordo com Neves (2011), no âmbito da Linguística, os estudos de modalidade se voltam para o contexto comunicativo, que, por sua vez, irá determinar para quem determinado conteúdo proposicional é entendido como obrigatório, necessário, possível, desejável, etc., em que o conceito de modalidade geralmente está relacionado às noções de necessidade e possibilidade.

¹ Tradução nossa. O original diz: “The grammaticalization of the speaker's beliefs and opinions” (PALMER, 1986, p. 16).

No tocante à delimitação do conceito de modalidade, Neves (2011, p. 157) pontua que “a tradição linguística parece considerar as expressões de atitudes do falante como o principal meio de expressão da modalidade nas línguas naturais”. Assim sendo, os estudos sobre modalidade devem considerar o envolvimento dos participantes da interação (falante e ouvinte), a situação comunicativa em que eles estão inseridos e o contexto de produção dos enunciados modalizados. Ao considerar estes aspectos, seria possível averiguar como a atitude do falante perante o que ele enuncia poderia funcionar como uma estratégia argumentativa.

Segundo Koch (2011), durante a interação discursiva, a relação entre os enunciados produzidos pelos participantes é projetada a partir das relações de modalidade. Desse modo, a modalidade integra a atividade ilocucionária, haja vista que os diferentes tipos de modalidade (epistêmica, deôntica, volitiva, facultativa, etc.) servem para indicar a atitude do falante frente ao enunciado que ele produz. Para a autora, as modalidades possuem um grande valor argumentativo, abrangendo valores como os de obrigação, permissão, necessidade, probabilidade, certeza, possibilidade, etc. Dessa forma, para se classificar uma modalidade, é preciso que se considerem as informações pragmáticas e contextuais. Nesse sentido, a autora pondera a necessidade de se passar de uma teoria semântica das proposições para uma teoria semântico-pragmática das atitudes proposicionais no que diz respeito aos estudos sobre modalidade, em razão de encarar a linguagem como uma atividade na qual se criam deveres e obrigações para os interlocutores.

Koch (2011, p. 85) especifica que a modalização se trata de um recurso linguístico que propicia ao falante expressar “seu maior ou menor grau de engajamento com relação ao que é dito, determinado pelo grau de tensão que se estabelece entre os interlocutores”. Portanto, por meio da modalidade, o falante pode apresentar “pistas” para que seu(s) ouvinte(s) seja(m) capaz(es) de compreender as suas intenções e os seus propósitos comunicativos, sem que isso seja revelado de maneira direta. Dessa forma, o falante faria uso dos diferentes tipos de modalidade em seu enunciado, podendo recorrer, em certos casos, a introjeção de outras vozes que possam reforçar as suas ideias, no intuito de revelar dada informação sem que isto requeira em um total comprometimento da sua parte.

Conforme Castilho e Castilho (2002), a atitude modal deixa registrado, no enunciado modalizado, as opiniões e as impressões subjetivas do falante em relação ao que é dito, o que pode ser feito por meio de distintas formas de expressão linguística, tais como verbos, advérbios, adjetivos, substantivos, construções modalizadoras, auxiliares modais, adjetivos em função predicativa, etc. Assim sendo, a modalidade é um fenômeno da linguagem que expressa o julgamento pessoal do falante sobre um conteúdo proposicional, em que ele se utiliza de elementos linguísticos para materializar a modalização. Esses elementos são denominados *modalizadores*.

Nas palavras de Nascimento (2009, 2010), os modalizadores propiciam a orientação dos diferentes efeitos de sentido que os enunciados modalizados podem ter, em razão de determinadas conclusões e da indicação de possíveis leituras que podem ser inferidas pelo(s) ouvinte(s), marcando, assim, a intersubjetividade da modalização. Nesse sentido, os modalizadores seriam indicadores de argumentação, haja vista que remetem à subjetividade e à intersubjetividade contidas nos mais diversos tipos de enunciados. Segundo Nascimento e Silva (2012), a modalização

deve ser entendida como uma categoria linguística que permite ao falante deixar registrado a sua (inter)subjetividade no enunciado, fazendo-o por meio de elementos linguísticos que imprimam a forma como o seu discurso deve ser lido e interpretado. Desse modo, os autores defendem que a modalidade se trata de uma estratégia semântico-argumentativa e pragmático-discursiva.

Para Oliveira (2020a, 2020b), as modalidades deôntica e volitiva podem funcionar como recurso e estratégia argumentativa. Conforme Oliveira (2020a), a modalidade deôntica permite que o falante avalie uma regra ou norma de conduta, direcionando-a aos seus ouvintes, como forma de persuadi-los a realizar um evento entendido como obrigatório, permitido ou proibido a partir de um conjunto de leis, contratos, normas, etc., estabelecidas socialmente, moralmente e legalmente. Em outros contextos de produção, a modalidade deôntica pode ainda ser instaurada para reportar a apreciação pessoal de um outro sujeito, que não o falante, acerca de um ato deôntico instaurado, cujo sujeito é visto como uma autoridade moralmente responsável.

Em relação à modalidade volitiva, Oliveira (2020b) especifica que ela pode ser empregada como estratégia argumentativa, pois pode ser instaurada no intuito de que se produzam diferentes efeitos de sentido e distintas nuances interpretativas no que concerne à volição manifestada. Assim, a volição instaurada pode conter alguns aspectos que possam intensificar ou atenuar a força ilocucionária, tais como a autoridade do sujeito enunciador (falante), as características do contexto de interação, o comprometimento do enunciador em termos do que pretende/intenciona realizar, o tipo de relação estabelecida com o enunciatário (ouvinte), etc.

Para a análise das modalidades deôntica e volitiva como recurso e estratégia argumentativa, optamos pela categorização proposta por Hengeveld (2004), que descreve e analisa a categoria modalidade com base em dois parâmetros principais: o *domínio semântico* e a *orientação modal*; como veremos na seção seguinte.

3. AS MODALIDADES DEÔNTICA E VOLITIVA EM HENGEVELD (2004)

Ao pretendermos analisar o comportamento das modalidades deôntica e volitiva como recurso argumentativo no gênero plano de governo, pautamo-nos na tipologia das modalidades de Hengeveld (2004). Na tipologização do referido autor, a categoria modalidade é descrita e analisada a partir de dois parâmetros principais: (i) o *domínio semântico*, que diz respeito ao tipo de avaliação que se faz do enunciado modalizado; e (ii) a *orientação modal*, que é relativa à perspectiva sobre a qual recai o enunciado modalizado.

Em relação ao domínio semântico, a categoria modalidade pode ser dividida em cinco subtipos, a saber: (i) *modalidade facultativa*, que é relativa às capacidades e às habilidades intrínsecas ou adquiridas, como no exemplo: *Eu não sou capaz de trabalhar*;² (ii) *modalidade epistêmica*, que diz respeito aos conhecimentos e às crenças referentes ao mundo real, como no exemplo: *Provavelmente morreremos por*

² Tradução nossa. O original diz: “I am not able to work” (HENGEVELD, 2004, p. 1191).

falta de água;³ (iii) *modalidade evidencial*, que está relacionada à fonte da informação, como no exemplo: *Chegou um navio turístico, eu testemunhei isso*;⁴ (iv) *modalidade volitiva*, que se refere ao que é (in)desejável, como no exemplo: *Nós queremos sair*;⁵ e (v) *modalidade deôntica*, que diz respeito às regras e às normas de conduta de âmbito moral, legal e social, como no exemplo: *Eu devo comer*.⁶

No que diz respeito à orientação modal, os cinco subtipos de modalidade podem apresentar diferentes tipos de orientação. Desse modo, a modalidade pode estar orientada para: (i) o *Participante*, que faz referência à parte relacional do enunciado modalizado, isto é, diz respeito à relação que há entre um participante e um evento, e a realização potencial desse evento; (ii) o *Evento*, que é referente à parte descritiva e objetiva de um evento descrito em um enunciado modalizado, ou seja, o estatuto objetivo de um estado-de-coisas e a sua possibilidade de ocorrência no mundo; e (iii) a *Proposição*, que está relacionada à afetação do conteúdo proposicional de um enunciado modalizado, isto é, faz referência à parte do enunciado que representa as crenças e as visões do falante, especificando, portanto, o grau de comprometimento dele em relação à proposição que ele apresenta.

A partir do cruzamento entre esses dois parâmetros, Hengeveld (2004) estipula a existência das seguintes possibilidades:

Quadro 01: Cruzamento entre o domínio semântico e a orientação modal

Domínio semântico	Orientação modal		
	Participante	Evento	Proposição
Facultativa	+	+	-
Deôntica	+	+	-
Volitiva	+	+	+
Epistêmica	-	+	+
Evidencial	-	-	+

Fonte: Elaborado pelos autores

Por ser de nosso interesse as modalidades deôntica e volitiva, iremos nos deter, especificamente, nesses dois subtipos modais. Para a modalidade deôntica, Hengeveld (2004) delimita que este subtipo modal diz respeito ao que é legalmente, moralmente e socialmente aceito em termos de regras e normas de conduta. Dessa forma, a modalidade deôntica pode ter foco de qualificação sobre um participante que está obrigado, permitido ou proibido de realizar um evento; ou sobre a necessidade ou a possibilidade de realização de um evento, que é entendido como obrigatório, permitido ou proibido a partir de um conjunto de convenções morais, legais e sociais. Nesse sentido, a modalidade deôntica pode estar orientada para: (i) o Participante, que diz respeito à descrição de um participante que se encontra sob a obrigação, permissão ou proibição de realizar o evento que é designado pelo

³ Tradução nossa. O original diz: “We’ll probably die for lack of water” (HENGEVELD, 2004, p. 1195).

⁴ Tradução nossa. O original diz: “A tourist-ship arrived I witnessed it” (HENGEVELD, 2004, p. 1196).

⁵ Tradução nossa. O original diz: “We want to leave” (HENGEVELD, 2004, p. 1192).

⁶ Tradução nossa. O original diz: “I must eat” (HENGEVELD, 2004, p. 1192).

predicado, como no exemplo citado anteriormente: *Eu devo comer*;⁷ e (ii) o Evento, que diz respeito à descrição da existência de obrigações, permissões ou proibições de realização de eventos, mas sem que o falante faça uma apreciação pessoal desses eventos, como no exemplo: *É preciso tirar os sapatos daqui*.⁸

Para a modalidade volitiva, Hengeveld (2004) determina que este subtipo modal é relativo ao que é desejável ou indesejável, podendo ter um participante, um evento ou o próprio falante como foco da qualificação modal volitiva. Dessa forma, a modalidade volitiva pode estar orientada para: (i) o Participante, quando está relacionada à descrição das intenções, pretensões ou disposições do participante expresso pelo predicado em concretizar o evento contido no enunciado modalizado, como no exemplo: *Nós queremos sair*;⁹ (ii) o Evento, quando diz respeito à caracterização de um evento em termos do que é desejável ou indesejável que se concretize, mas sem que o falante faça uma apreciação pessoal desse evento, como no exemplo: *Seria ruim se eu quebrasse isso*;¹⁰ e (iii) a Proposição, quando é relativa ao comprometimento volitivo do falante em relação à proposição enunciada, no que tange à expressão de seus desejos e vontades pessoais, como no exemplo: *Eu quero dormir / Isso vai dormir em mim*.¹¹

A partir do que é predisposto em Hengeveld (2004), acreditamos que, em termos discursivos e argumentativos, a modalidade deôntica possa ser de caráter mais impositivo [+imposição], quando orientada para o Participante, haja vista que há a especificação de um sujeito que irá executar o ato deôntico instaurado; ou menos impositiva [-imposição], quando orientada para o Evento, pois remete a obrigações e deveres já estabelecidos socialmente, de cunho geral e sem a especificação de um sujeito sobre quem poderia recair a deonticidade, tendo o falante apenas como um “porta-voz” do ato deôntico veiculado no discurso.

Ainda com base em Hengeveld (2004), ponderamos, em relação à modalidade volitiva, que a fonte da atitude modal possa designar diferentes projeções sobre o evento volicionado, em razão de o foco da qualificação modal estar centrada em um participante, em um evento ou no próprio falante. Assim sendo, o falante, ao instaurar a modalidade volitiva em seu discurso, pode: (i) diluir a singularidade de sua pessoa em meio a coletividade, ao empregar a primeira pessoa do plural; (ii) particularizar a sua pessoa como origem da volição instaurada, ao utilizar a primeira pessoa do singular; (iii) neutralizar a volição expressa, ao fazer uso de marcas de impessoalização e sem a especificação de algum tipo de apreciação subjetiva; ou (iv) projetar um outro sujeito como fonte da atitude modal, ao flexionar o verbo modal volitivo na terceira pessoa do singular/plural. Essas diferentes projeções podem fazer com que se produza, no encadeamento discursivo do falante, diferentes efeitos de sentido, a depender se o falante se coloca ou não como fonte da atitude modal [± fonte].

Para esta pesquisa, pensamos também que o escopo da modalização volitiva possa ainda ter reflexo sobre o tipo de orientação modal e sobre o valor modal

⁷ Tradução nossa. O original diz: “I must eat” (HENGEVELD, 2004, p. 1192).

⁸ Tradução nossa. O original diz: “One has to take off his shoes here” (HENGEVELD, 2004, p. 1193).

⁹ Tradução nossa. O original diz: “We want to leave” (HENGEVELD, 2004, p. 1192).

¹⁰ Tradução nossa. O original diz: “It would be bad if I broke it” (HENGEVELD, 2004, p. 1193).

¹¹ Tradução nossa. O original diz: “I want to sleep / It is going to sleep on me” (HENGEVELD, 2004, p. 1194).

volitivo instaurado, especificamente em relação ao uso da primeira pessoa do plural (*nós*). Desse modo, ao incidir diretamente sobre predicados performativos, os modalizadores volitivos instauram o valor modal de intenção e com orientação modal para o Participante (OLIVEIRA, 2017), como nesse exemplo retirado da Internet: *A nossa intenção é ampliar os investimentos na cultura, que é 0,6% do orçamento em Fortaleza e nós queremos dobrar esse orçamento.*¹² De outra forma, ao incidirem sobre conteúdos proposicionais, os modalizadores volitivos instauram o valor modal de opção e com orientação modal para a Proposição (OLIVEIRA, 2017), como nesse exemplo retirado da Internet: *Nós queremos que o governador amplie as ações e combata a criminalidade no Ceará.*¹³

Tendo em vista a descrição das modalidades deôntica e volitiva na tipologia das modalidades de Hengeveld (2004), passaremos, na seção seguinte, para os aspectos metodológicos desta pesquisa, em que discorreremos acerca da categorização do corpus, da explanação sobre o gênero político plano de governo e da apreciação das categorias de análise, que servirão de base para o estudo das modalidades deôntica e volitiva como recurso e estratégia argumentativa.

4. METODOLOGIA

Para a análise das modalidades deôntica e volitiva como recurso discursivo e estratégia argumentativa, recorreremos aos planos de governo dos candidatos à prefeitura de Fortaleza nas eleições municipais de 2020. O Quadro 02 traz o detalhamento dos nomes dos candidatos, da filiação partidária e do *link* de acesso dos planos de governo que foram elaborados:

Quadro 02: Os planos de governo dos candidatos à prefeitura de Fortaleza nas eleições 2020

Nome do candidato(a), filiação partidária e link de acesso do plano de governo
Anízio Melo (PCdoB). Disponível em: < http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/CE/13897/426/candidatos/476237/5_1600626107512.pdf >. Acesso em: 17 out. 2020.
Capitão Wagner (PROS). Disponível em: < http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/CE/13897/426/candidatos/203322/5_1600289339642.pdf >. Acesso em: 17 out. 2020.
Célio Studart (PV). Disponível em: < http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/CE/13897/426/candidatos/497891/5_1600619639109.pdf >. Acesso em: 17 out. 2020.

¹² Exemplo retirado da Internet. Entrevista realizada com o candidato a prefeito Capitão Wagner nas eleições 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/eleicoes/2016/noticia/2016/09/capitao-wagner-e-entrevistado-pelo-cetv-1-edicao.html>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

¹³ Exemplo retirado da Internet. Discurso proferido pelo então deputado estadual Capitão Wagner. Disponível em: <<http://quixeramobimagora.blogspot.com/2016/04/nos-queremos-que-o-governador-amplie-as.html>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

<p>Heitor Férrer (Solidariedade). Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/CE/13897/426/candidatos/403418/5_1600794283942.pdf. Acesso em: 17 out. 2020.</p>
<p>Heitor Freire (PSL). Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/CE/13897/426/candidatos/377779/5_1600520772733.pdf. Acesso em: 17 out. 2020.</p>
<p>Luizianne Lins (PT). Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/CE/13897/426/candidatos/626471/5_1600814403553.pdf. Acesso em: 17 out. 2020.</p>
<p>Paula Colares (UP). Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/CE/13897/426/candidatos/503831/5_1600623322923.pdf. Acesso em: 17 out. 2020.</p>
<p>Renato Roseno (Psol). Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/CE/13897/2030402020/60000717998/pje-7d37b951-Proposta%20de%20governo.pdf. Acesso em: 17 out. 2020.</p>
<p>Samuel Braga (Patriotra). Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/CE/13897/2030402020/60000665008/pje-bbd1b200-Proposta%20de%20governo.pdf. Acesso em: 17 out. 2020.</p>
<p>Sarto Nogueira (PDT). Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/CE/13897/426/candidatos/414417/5_1600449938968.pdf. Acesso em: 17 out. 2020.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores

Como é sabido, os planos de governo são elaborados no intuito de informar ao público eleitor acerca das principais propostas que são oferecidas pelos (as) candidatos(as) para uma futura gestão em um cargo público (prefeito, governador, deputado, presidente, etc.). Estas propostas visam revelar as ações governamentais que os (as) candidatos(as) pretendem pôr em prática em sua administração, caso venham a ser eleitos. Nesse sentido, os planos de governo são elaborados buscando especificar tanto os deveres e as obrigações que são inerentes ao futuro gestor (modalidade deôntica) quanto as ações políticas que são pretendidas de serem realizadas na nova gestão (modalidade volitiva).

Segundo Silva dos Anjos (2004), os planos de governo, como gênero discursivo político, caracterizam-se por apresentar um planejamento geral que irá determinar a linha de conduta governamental do futuro gestor. Desse modo, as propostas devem ser articuladas de forma específica e traçada por meio de etapas, no intuito de atingir um determinado objetivo. Assim sendo, os planos de governo podem ser elaborados tendo em vista a concretização de uma construção, assim como a execução de uma obra, de um plano econômico ou social e/ou outras diretrizes e ações para a safra, educação, moradia, crescimento urbano, dentre outros. O autor ainda especifica que os planos de governo são, geralmente, desenvolvidos pelos candidatos em colaboração com sua equipe, com a finalidade de atender as demandas do poder público.

Considerando que os planos de governo são elaborados em termos de conduta governamental e com base naquilo que o (a) futuro (a) prefeito(a) pretende realizar em seu mandato, acreditamos que se trate de um texto argumentativo que propicie a instauração tanto da modalidade deôntica (eixo da conduta) quanto da modalidade volitiva (eixo da volição). Com base nisso, pautamos algumas categorias de análise de ordem pragmática e semântica (CERVONI, 1989; NEVES, 2011; KOCH, 2011) que pudessem fazer uma apreciação das modalidades deôntica e volitiva como recurso e estratégia argumentativa nos planos de governo dos candidatos à prefeitura de Fortaleza, a saber: (i) a *posição do falante na incidência do valor modal*, que pode ser de inclusão ou exclusão (COMPARINI, 2009); (ii) a *orientação política do candidato*, que pode ser de esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita, etc.; (iii) a *orientação modal*, que pode ser orientada para o Participante, o Evento ou a Proposição (HENGEVELD, 2004); e (iv) os *valores modais*, que podem ser, para a modalidade deôntica, de obrigação, permissão e proibição (OLIVEIRA, 2015); enquanto, para a modalidade volitiva, podem ser de desideração, opção, intenção e exortação (OLIVEIRA, 2017).

A análise das modalidades deôntica e volitiva se dará de forma *qualitativo-quantitativa*, em que recorreremos: (i) para a análise qualitativa, aos estudos linguísticos acerca da Modalização Discursiva e aos trabalhos relativos às modalidades deôntica e volitiva; e (ii) para a análise quantitativa, o uso do *Statistical Package for Social Science* – SPSS (versão 22 para Windows), que irá fornecer as frequências das categorias de análise e a inter-relação entre elas.

Após dissertarmos acerca da metodologia que será empregada nesta pesquisa, passaremos a seção na qual abordaremos a análise das modalidades deôntica e volitiva como recurso e estratégia argumentativa nos planos de governo dos candidatos à prefeitura de Fortaleza nas eleições 2020.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a leitura dos 10 planos de governo dos candidatos à prefeitura de Fortaleza nas eleições 2020 que compuseram o universo desta pesquisa, detectamos 445 casos de modalizações deônticas e volitivas com base no *domínio semântico* estabelecido por Hengeveld (2004). Conforme o autor, a modalidade deôntica diz respeito às normas e às regras de conduta estabelecidas socialmente, legalmente e moralmente, enquanto a modalidade volitiva se refere ao que é (in)desejável. Isso comprova a nossa suposição inicial de que o gênero político plano de governo poderia propiciar a instauração de conteúdos modais deônticos e volitivos.

Sendo assim, considerando o nosso objetivo de analisar as modalidades deôntica e volitiva como recurso e estratégia argumentativa em planos de governo, exporemos, primeiramente, a análise dos aspectos pragmáticos (a *posição do falante na incidência do valor modal* e a *orientação política do candidato*) envolvidos na instauração de ambas as modalidades; para, posteriormente, passarmos para os aspectos semânticos (a *orientação modal* e os *valores modais*).

Em relação as categorias de análise de ordem pragmática, podemos averiguar a frequência e a inter-relação entre a *posição do falante na incidência do valor modal* e o *domínio semântico* na Tabela 01:

Tabela 01: A inter-relação entre o domínio semântico e a posição do falante na incidência do valor modal

Posição do falante na incidência do valor modal	Domínio semântico		Total
	Deôntica	Volitiva	
Exclusão	344 (77,3%)	10 (2,2%)	354 (79,6%)
Inclusão	36 (8,1%)	55 (12,4%)	91 (20,4%)
Total	380 (85,4%)	65 (14,6%)	445 (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do SPSS

Com base na Tabela 01, constatamos que a *exclusão* do falante na incidência do valor modal foi a mais recorrente (344 ocorrências, que totalizam 77,3%) para a modalidade deôntica, enquanto, para a modalidade volitiva, a *inclusão* do falante foi mais frequente (55 ocorrências, que totalizam 12,4%). De acordo com Comparini (2009), a inclusão/exclusão do falante na incidência do valor modal busca averiguar o grau de aproximação/afastamento do falante (candidato) com o seu ouvinte (eleitores).

Nesse sentido, para a modalidade deôntica, ponderamos que a exclusão do falante pretenda colocá-lo apenas como “porta-voz” da deonticidade expressa, ou seja, ao introjetar um sujeito (terceiro-reportado) sobre quem recai o valor modal expresso ou reportar eventos entendidos como obrigatórios (necessidade deôntica), faria com que seu discurso não fosse interpretado como “autoritário”, já que a prescrição do ato deôntico instaurado não parte de uma percepção subjetiva do candidato, mas de algo já prescrito moralmente, legalmente ou socialmente. Assim, o candidato se limitaria a reportar deveres e obrigações que são inerentes aos órgãos e às instituições públicas ou reportar a necessidade de concretização de eventos entendidos como obrigatórios, como nas ocorrências (1) e (2):

- (1) *Os espaços públicos têm de servir como local privilegiado para que as pessoas experimentem a sensação de fazer parte de uma coletividade. Cabe à Guarda Municipal, bem preparada, fazer a segurança de tais locais, respeitando e assegurando a liberdade de ir e vir (Renato Roseno – Psol).*
- (2) *Programas de saúde da família, nos modelos de acompanhamento de histórico médico e preventivo, fora do contexto hospitalar, deve ser apropriadamente utilizado e adaptado no município de Fortaleza, buscando evitar o avanço de doenças que podem ser evitadas e diminuindo a pressão sobre os centros de saúde (Célio Studart – PV).*

Em (1), o candidato Renato Roseno faz uso do modalizador deôntico *caber+infinitivo*, flexionado na terceira pessoa do singular (*cabe*), para reportar a obrigação que recai sobre a Guarda Municipal de Fortaleza de proteger os locais

públicos, garantindo, assim, a segurança daqueles que frequentam esses ambientes. Em (2), o candidato Célio Studart emprega o modal deôntico *dever+infinitivo*, também conjugado na terceira pessoa do singular (*deve*), para reportar a necessidade de concretização de um evento, no caso, que os programas de saúde da família sejam adaptados à realidade do município de Fortaleza, o que poderia evitar o avanço de doenças e a pressão sobre os centros de saúde.

Em (1) e (2), a qualificação modal deôntica está, respectivamente, centrada em um sujeito (terceiro-reportado) que está obrigado a realizar um evento e a necessidade de concretização de um estado-de-coisas. Em termos argumentativos, isso permite que o candidato neutralize o seu discurso, afastando, desse modo, uma possível interpretação de “autoritarismo” de sua parte (preservando a sua face), já que se limita a prescrever os deveres e as obrigações que já são reguladas pelo ordenamento político-administrativo do município de Fortaleza.

Em relação à modalidade volitiva, verificamos que a inclusão do falante na incidência do valor modal é a que se sobressai. Com base em Oliveira (2020b), isso se explica em razão do falante (candidato) desejar uma aproximação com que seu ouvinte (eleitorado), revelando a este que o (a) candidato(a), assim como o seu grupo partidário, também compartilha dos mesmos anseios e desejos, como podemos atestar na ocorrência (3):

(3) *Queremos uma cidade viva: com profissionais valorizados; ruas e praças transbordando nossas ricas história e cultura; ações, programas e projetos que elevem a consciência desses quase 2,6 milhões de pessoas para o papel transformador que possuímos (Paula Colares – UP).*

Em (3), a candidata Paula Colares utiliza o modalizador volitivo *querer*, conjugado na primeira pessoa do plural, para expressar o desejo de que todos (o que inclui a candidata) anseiam por uma cidade em que os profissionais sejam valorizados e que as ruas e as praças transbordem história e cultura. Essa aproximação parece ser asseverada pelo emprego da quantidade de pessoas que reside em Fortaleza (2,6 milhões) e pelo uso do verbo *possuir* na primeira pessoa do plural, para explicitar o papel transformador que todos (residentes na capital cearense) possuem para mudar o município de Fortaleza (asseveração da força ilocucionária).

Para a construção da argumentação, de acordo com Oliveira (2020b), essa aproximação do falante (candidato) com seu ouvinte (eleitorado), ao instaurar a modalidade volitiva, pode intensificar a volição expressa, na medida em que o falante, diluindo a singularidade de sua pessoa em meio a coletividade, pretenda revelar, ao seu ouvinte, que não apenas compreende os seus desejos e anseios, mas que está disposto a realizar o evento volicionado em conjunto, ou seja, com a participação efetiva de todos (o que também inclui o candidato e a sua coligação partidária). Nesse sentido, a aproximação com seu eleitorado poderia funcionar como uma marca de polidez e cortesia, preservando, assim, a face do candidato.

No tocante à orientação política do candidato, constatamos que, independentemente de sua filiação partidária ser de esquerda, centro-esquerda ou direita, há uma preferência pela modalidade deôntica (380 ocorrências, que totalizam 85,4%), como podemos averiguar na Tabela 02:

Tabela 02: A inter-relação entre o domínio semântico e a orientação política do candidato

Orientação política do candidato	Domínio semântico		Total
	Deôntica	Volitiva	
Esquerda	285 (64%)	53 (11,9%)	338 (76%)
Centro-esquerda	92 (20,7%)	09 (2%)	101 (22,7%)
Direita	03 (0,7%)	03 (0,7%)	06 (1,3%)
Total	380 (85,4%)	65 (14,6%)	445 (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do SPSS

Ponderamos que a recorrência de modalizações deônticas nos planos de governo se deva às características inerentes ao gênero discursivo plano de governo em si. Entendendo que os candidatos devam traçar metas e objetivos para o seu futuro mandato, eles recorrem aos deveres e às obrigações que lhes são impostas pelo ordenamento político-administrativo do município de Fortaleza. Assim sendo, a modalidade deôntica seria o subtipo modal mais instaurado nesse gênero político.

Ao analisarmos os diferentes tipos de modalizações deônticas empregadas pelos candidatos de esquerda, centro-esquerda e direita, averiguamos que a deonticidade pode ter a sua força ilocucionária atenuada ou asseverada, a depender da forma como os modais deônticos são dispostos no encadeamento discursivo dos candidatos. Nesse sentido, atestamos que a modalidade deôntica pode ser intensificada quando há uma coocorrência de modalizações deônticas ou quando é empregado o futuro do presente, haja vista que essa tipologia modal também é denominada como um tipo de *modalidade orientada-para-o-futuro* (GIOMI, 2010).

As ocorrências (4) e (5) ilustram a asseveração da força ilocucionária:

(4) *O município não pode ser mero coadjuvante nas políticas de segurança pública. Todos os entes federados devem agir em cooperação para a consecução dos objetivos de pacificação das cidades e a proteção dos seus cidadãos, como está disposto na Constituição Federal no ordenamento ordinário de leis (Capitão Wagner – PROS).*

(5) *A unidade veterinária também deverá assegurar acolhimento e tratamento hospitalar que para animais selvagens também encaminhando estes para reabilitação, quando for o caso, por parte de órgãos federais competentes (Renato Roseno – Psol).*

Em (4), verificamos que há a coocorrência de duas modalizações deônticas, em que a primeira (*pode ser*) tem um escopo de atuação sobre a segunda (*devem agir*). Nesse sentido, examinamos que a primeira modalização deôntica é articulada pelo candidato Capitão Wagner para expressar a proibição (negação de permissão)

de que o município de Fortaleza tenha um papel coadjuvante em relação à segurança pública; o que, por sua vez, tem reflexo na segunda modalização deôntica, que é introjetada pelo candidato do PROS para instaurar que a segurança pública é dever de todos os entes federados (União, Estado e Município). Desse modo, a asseveração da força ilocucionária por meio da coocorrência de modalizações deônticas, em termos de construção argumentativa, visa reforçar os deveres e as obrigações inerentes aos órgãos e às instituições públicas que cuidam da segurança pública, tornando o ato de fala mais forte (assertivo) para o ouvinte (eleitorado).

Em (5), conferimos que o candidato Renato Roseno faz uso do futuro do presente (*deverá*) para instaurar a deonticidade sobre o participante descrito pelo predicado (*A unidade veterinária*), que está obrigado a assegurar o acolhimento e o tratamento hospitalar de animais selvagens. Ponderamos, com base em Giomi (2010), que haja uma asseveração da força ilocucionária nos casos em que a modalidade deôntica é instaurada no futuro do pretérito, pois tanto o valor modal deôntico (obrigação) quanto o evento sobre o qual recai a qualificação modal estão localizados em um momento posterior ao da enunciação (futuridade). Em termos argumentativos, a projeção do valor modal deôntico e do evento para um momento posterior ao da enunciação reflete uma característica básica da modalidade deôntica, a *futuridade*.

De acordo com Lyons (1977), a modalidade deôntica não descreve um ato em si, mas se restringe a descrição de um estado-de-coisas que será obtido em um momento posterior ao da enunciação (prospecção futura). Assim sendo, caso o estado-de-coisas seja realizado, isso se dará em algum tempo futuro. Desse modo, a locação do valor modal e do evento para um momento futuro reforça a imposição do estado-de-coisas que está sob o escopo da modalização deôntica, tornando o ato de fala mais assertivo, o que, por sua vez, irá asseverar a força ilocucionária.

No entanto, vale ressaltar que o futuro do pretérito, conforme Oliveira (2019), pode ser um atenuador da força ilocucionária deôntica, haja vista reflete apenas uma avaliação pessoal do falante (candidato) acerca do estado-de-coisas que está sob o escopo da modalização deôntica; o que, para o encadeamento discursivo, revelaria apenas um ponto de vista ou uma opinião subjetiva do falante acerca de um dado evento, como podemos atestar na ocorrência (6):

(6) Como também, a questão do saneamento básico envolve outros direitos da população pobre cearense que são desrespeitados nas periferias, ainda se sofre com doenças que já deveriam ter sido erradicadas, caso existisse de fato saneamento básico em todos os bairros (Paula Colares – UP).

Em (6), a candidata Paula Colares faz uso do modalizador deôntico *dever* para expressar uma avaliação subjetiva sobre um evento que é anterior ao momento da enunciação, no caso, a erradicação de doenças infectocontagiosas na periferia das grandes cidades. A apreciação subjetiva da candidata da UP recai sobre a possibilidade de reatualização do evento que está sob a qualificação da modalidade deôntica. Dessa forma, a candidata revela seu ponto de vista sobre a necessidade de concretização de um evento, indicando, assim, a possibilidade de concretização deste em algum momento futuro. Sendo assim, conforme Oliveira (2019), o uso do futuro do pretérito, na instauração da modalidade deôntica, visa revelar as atitudes

subjetivas do falante acerca de um dado estado-de-coisas, geralmente referente a algum evento não-controlado [-controle], mas possível de ser concretizado [+reatualizável], caso as circunstâncias sejam favoráveis para isso.

Tendo sido feita a análise dos aspectos pragmáticos, passaremos para os aspectos semânticos envolvidos na instauração das modalidades deôntica e volitiva nos planos de governo. Assim, analisaremos, primeiramente, a orientação modal das modalizações deôntica e volitiva, para, na sequência, passarmos para os valores modais deônticos e volitivos.

No que diz respeito à orientação modal, verificamos que a modalidade deôntica pode, nos planos de governo, apresentar orientação para o Participante e para o Evento. Por sua vez, a modalidade volitiva pode apresentar orientação modal para o Participante e o Evento, **assim como** a modalidade deôntica, e ainda para a Proposição, como é predisposto por Hengeveld (2004).

Com base Tabela 04, averiguamos que a modalidade deôntica é instaurada, majoritariamente, com orientação modal para o Evento (298 ocorrências, que totalizam 67%), enquanto a modalidade volitiva apresenta, recorrentemente, orientação modal para o Participante (40 ocorrências, que totalizam 9%):

Tabela 03: A inter-relação entre o domínio semântico e a orientação modal

Orientação modal	Domínio semântico		Total
	Deôntica	Volitiva	
Evento	298 (67%)	01 (0,2%)	299 (67,2%)
Participante	82 (18,4%)	40 (9%)	122 (27,4%)
Proposição	00 (0,0%)	24 (5,4%)	24 (5,4%)
Total	380 (85,4%)	65 (14,6%)	445 (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do SPSS

Baseando-nos em Hengeveld (2004), acreditamos que a recorrência de modalizações deônticas orientadas para o Evento seja uma estratégia argumentativa de proteção da face dos candidatos, em que estes, ao qualificarem apenas os estados-de-coisas sobre os quais recaem a deonticidade expressa, buscariam neutralizar o tom impositivo sobre a necessidade de concretização dos eventos. Em outras palavras, seria mais polido e cortês reportar mais regras gerais de norma e conduta, que instaurar deveres e obrigações sobre algum sujeito em particular, como podemos ver nas ocorrências (7) e (8):

- (7) *Dentro do espírito da participação e da transparência é necessário rever a lei de uso e ocupação do solo urbano, modificando a forma de ocupação da cidade, reduzindo a especulação estéril, otimizando espaços privados, inclusive para habitação popular e lazer, valorizando e redescobrimo novos espaços públicos e preservando o patrimônio histórico e cultural (Luizianne Lins – PT).*
- (8) *Por fim, vale ressaltar que sendo um plano de governo a ser construído com ampla participação e diálogo com a população, outros valores, eixos*

estratégicos e aspectos metodológicos podem ser adotados como resultado do próprio processo participativo (Sarto Nogueira – PDT).

Em (7), a candidata Luizianne Lins emprega um adjetivo em função predicativa (*é necessário*) para instaurar a obrigatoriedade de realização do evento que está sob a qualificação da modalidade deôntica, no caso, o dever de rever a lei de uso e ocupação do solo urbano. Em (8), o candidato Sarto Nogueira utiliza o auxiliar modal deôntico *poder* para reportar a possibilidade deôntica (permissão) de concretização de um evento, no caso, a adoção de outros valores, eixos estratégicos e aspectos metodológicos que favoreçam a participação da população nas decisões governamentais do município de Fortaleza durante o mandato do candidato.

No tocante à argumentatividade, ponderamos que a orientação modal deôntica para o Evento seja de caráter menos impositiva [-imposição], pois o falante não especifica um sujeito em particular sobre quem poderia recair a deonticidade expressa, evitando, assim, reportar a alguém a necessidade ou a possibilidade deôntica de realização de um estado-de-coisas. Nesses casos, o candidato atua apenas como um “porta-voz” da deonticidade expressa, prescrevendo normas e regras de conduta já reguladas socialmente, legalmente e moralmente.

Em relação à orientação modal para o Participante, a modalidade deôntica seria de caráter mais impositivo [+imposição], haja vista que o falante especifica a existência de um indivíduo ou de uma instituição (LYONS, 1977) sobre quem irá recair a qualificação modal deôntica. Nesses casos, os candidatos optam por prescrever normas e regras de conduta sobre órgãos e instituições públicas, como podemos ver nas ocorrências (9) e (10):

(9) *A nova gestão deve priorizar a universalização do saneamento básico; a manutenção eficaz de sua malha viária; a ampliação de ciclofaixas e ciclovias; a gestão inteligente do tráfego; a acessibilidade; e as obras estruturantes, principalmente na periferia, onde parte dos fortalezenses ainda convivem com o lixo; com o esgoto a céu aberto; com a deficiência na oferta de serviços básicos como água e esgoto (Capitão Wagner – PROS).*

(10) *Cabe ao poder público, de forma absolutamente transversal, em todos os temas, inserir dimensões e mecanismos que fomentem e induzam a geração de emprego e renda, maximizando as oportunidades originadas dos novos padrões criados pela tecnologia e minimizando os efeitos negativos dessas mudanças (Sarto Nogueira – PDT).*

Em (9), o candidato Capitão Wagner recorre ao auxiliar modal *dever* para instaurar a modalidade deôntica sobre o participante designado pelo predicado (*A nova gestão*), que está obrigado a executar o estado-de-coisas que está sob a qualificação modal deôntica, no caso, a ampliação do saneamento básico, a manutenção da malha viária e a ampliação de ciclofaixas e ciclovias. Em (10), o candidato Sarto Nogueira faz uso da perífrase modal deôntica *caber+infinitivo* para instaurar a obrigação que recai sobre o participante descrito pelo predicado (o

poder público), que tem o dever de inserir dimensões e mecanismos que fomentem e induzam a geração de emprego e renda.

Em (9) e (10), constatamos que os candidatos optam por neutralizar a sua pessoa como futuro gestor, diluindo-a em meio aos órgãos e às instituições públicas (*A nova gestão e o poder público*) que, futuramente, viriam a integrar o poder governamental do município de Fortaleza, caso fossem eleitos. Assim sendo, entendemos que essa diluição, em termos discursivos e argumentativos, seja uma tentativa de mitigar ou anular a ideia de uma possível centralização do poder na pessoa do futuro gestor, haja vista que os projetos e as ações políticas, em uma democracia, não dependem, exclusivamente, da vontade do prefeito(a), mas de outras instâncias que compõem o governo municipal.

Em relação à modalidade volitiva, averiguamos que a orientação modal para o Participante é a mais recorrente. De acordo com Hengeveld (2004), a modalidade volitiva orientada para o Participante diz respeito à intenção, à disposição ou à pretensão do participante designado pelo predicado em realizar o evento contido no enunciado modalizado, como podemos ver nas ocorrências (11) e (12):

(11) *Vamos abrir a caixa-preta das finanças municipais e valorizar cada centavo do dinheiro público para garantir um programa de renda mínima eficiente e que sirva de ponte para uma cidadania plena em nossa capital (Heitor Freire – PSL).*

(12) *Queremos elaborar ações e propostas de governo que tenha o objetivo de superar o atual modelo de cidade que temos hoje, desigual e excludente, que investe principalmente nos bairros da elite e abandona os bairros pobres e populares (Paula Colares – UP).*

Em (11), o candidato Heitor Freire emprega a perífrase *ir+infinitivo*, conjugada na primeira pessoa do plural (*vamos*), para instaurar a modalidade volitiva, em que o participante expresso pelo predicado (*nós* – a coligação partidária do candidato) manifesta a intenção, a disposição ou a pretensão de realizar o evento volicionado, que consiste em abrir “a caixa preta” das finanças municipais e valorizar o dinheiro pago pelos contribuintes. De acordo com Moreira de Oliveira (2016), a forma plena do verbo *ir* parte de um sentido associado a espaço físico, gramaticalizando-se ao constituir uma perífrase com um verbo no infinitivo, *ir+infinitivo*, passando a manifestar intenções, disposições ou pretensões (modalidade). Para o autor, o traço de modalidade, no sentido de expressar o propósito de fazer algo, permite, pois, sua gramaticalização como auxiliar de futuro, uma vez que localiza o evento para um momento posterior ao da enunciação, como no exemplo: *Ele vai falar com o professor* (MOREIRA DE OLIVEIRA, 2016, p. 74); que, para o autor, assinala a intenção (volição) de fazer alguma coisa, que é uma característica modal.

Em (12), a candidata Paula Colares utiliza o auxiliar modal *querer*, flexionado na primeira pessoa do plural (*queremos*), para manifestar a intenção, a disposição ou a pretensão do participante designado pelo predicado em concretizar o evento desejado, no caso, a elaboração de ações e propostas de governo que busquem superar o modelo atual de cidade (município de Fortaleza). Conforme Oliveira (2020b), o emprego da primeira pessoa do plural, na manifestação da volição, trata-

se de um recurso argumentativo no qual o falante (candidato) dá voz a coletividade, colocando-se, portanto, como “porta-voz” das necessidades e dos desejos das demais pessoas (eleitorado).

Em termos argumentativos, o emprego da primeira pessoa do plural, na instauração da modalidade volitiva com orientação modal para o Participante, poderia ser interpretado como uma forma de descentralizar a figura do futuro gestor como único articulador das ações políticas e governamentais de seu futuro mandato. Desse modo, percebe-se que há a intenção de que seu discurso político seja interpretado como algo “colaborativo”, de que as decisões a serem tomadas partem de um “trabalho em equipe”, afastando, dessa forma, a percepção de uma figura política “centralizadora”.

Ainda em relação ao emprego da primeira pessoa do plural (*nós*), ponderamos que a modalidade volitiva possa apresentar orientação modal para a Proposição quando os modais volitivos são empregados em sua forma plena e que tenham um escopo de atuação sobre uma proposição, como na ocorrência (13):

(13) *A mobilidade é um dos maiores desafios da cidade de Fortaleza hoje, que requer profundo compromisso ético da próxima gestão municipal. Entre nós, é pouco pronunciar a palavra Mobilidade. Queremos que ela venha com todos os sentidos alerta, que venha adjetivada, explicitando o que defendemos prioritariamente: Mobilidade Urbana e, sobretudo, Humana (Renato Roseno – Psol).*

Em (13), o candidato Renato Roseno emprega o verbo modal *querer*, em sua forma plena, para expressar o desejo coletivo, o que pode ser evidenciado pelo uso da primeira pessoa do plural (*queremos*), de que a mobilidade urbana venha com todos os “sentidos de alerta”, ou seja, que constitua um tipo de mobilidade urbana e humana (proposição). Com base em Oliveira (2020b), acreditamos que os modais volitivos, em sua forma plena e tendo um escopo de atuação sobre uma proposição, funcionem como partículas de apreciação sobre um evento do qual o falante (candidato) não tenha controle [-controle]. Nesses casos, a modalidade volitiva estaria orientada para a Proposição, haja vista que o modal volitivo empregado revelaria o comprometimento do falante (comprometimento volitivo) acerca da proposição que está sob a qualificação modal volitiva, especificando, dessa forma, que os desejos e vontades instaurados partem das visões de mundo do falante sobre a realidade extralinguística.

Em relação aos valores modais instaurados, verificamos que o valor de obrigação é o mais recorrente para a modalidade deontica (352 ocorrências, que totalizam 79,1%), enquanto o valor de intenção é o majoritário para a modalidade volitiva (39 ocorrências, que totalizam 8,8%), como podemos examinar na Tabela 04:

Tabela 04: A inter-relação entre o domínio semântico e os valores modais

Valores modais	Domínio semântico		Total
	Deontica	Volitiva	
Obrigação	352 (79,1%)	00 (0,0%)	352 (79,1%)

Intenção	00 (0,0%)	39 (8,8%)	39 (8,8%)
Optação	00 (0,0%)	26 (5,8%)	26 (5,8%)
Proibição	21 (4,7%)	00 (0,0%)	21 (4,7%)
Permissão	07 (1,6%)	00 (0,0%)	07 (1,6%)
Total	380 (85,4%)	65 (14,6%)	445 (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do SPSS

Considerando as características do gênero discursivo plano de governo, em que o candidato ao cargo público elabora um conjunto de metas e ações políticas que serão prioridades em seu futuro mandato, era esperado que o valor modal deôntico de obrigação fosse o mais recorrente. Isso ocorre, pois os candidatos(as) poderiam prescrever deveres que lhes são inerentes em virtude do seu cargo político ou reportar a necessidade de concretização de eventos entendidos como obrigatórios. Em relação ao valor modal volitivo de intenção, ponderamos que os candidatos(as) poderiam também manifestar suas pretensões ou disposições em concretizar seus objetivos governamentais, propiciando, assim, a instauração de conteúdos modais volitivos.

As ocorrências (14) e (15) ilustram, respectivamente, a instauração dos valores modais de obrigação, que, segundo Oliveira (2015), diz respeito ao que *deve ser realizado*, e intenção, que, de acordo com Oliveira (2017), está relacionado às *disposições do sujeito em levar a cabo um dado evento*:

- (14) *Portanto, precisamos analisar a nossa cidade pensando na realidade de cada cidadão e cidadã que escolheu nossa capital como seu lar e com os quais temos o compromisso de garantir a cada um deles o que lhes é de direito como município e parte dessa cidade (Anízio – PCdoB).*
- (15) *Queremos apresentar ações que possa promover a autonomia econômica e financeira das mulheres, considerando as dimensões étnicas, raciais, geracionais, regionais, orientação sexual e de deficiência. Garantir igualdade de gênero, considerando as dimensões étnico, racial e orientação sexual é um grande desafio na quinta cidade maior do Brasil (Paula Colares – UP).*

Em (14), o candidato Anízio faz uso da perífrase *precisar+infinitivo* para instaurar a modalidade deôntica, cuja qualificação modal recai sobre o participante (*nós* – coligação partidária) descrito pelo predicado, que está obrigado a analisar a cidade de Fortaleza de forma a pensar na realidade de cada cidadão e cidadã que reside na capital cearense. Em (15), a candidata Paula Colares emprega o auxiliar modal *querer* para instaurar a modalidade volitiva, cuja qualificação modal também recai sobre o participante (*nós* – coligação partidária) designado pelo predicado, que manifesta a intenção de apresentar ações que possam promover a autonomia econômica e financeira das mulheres.

De acordo com Oliveira (2020a, 2020b), os valores modais de obrigação (modalidade deôntica) e intenção (modalidade volitiva) são os mais recorrentes em gêneros argumentativos políticos, pois ambos são de natureza acional [+performativo]. Nesses casos, os modais deônticos e volitivos, que instauram esses

valores, têm um escopo de atuação sobre verbos performativos (*analisar e apresentar*). Ponderamos que isso tenha relação com as características próprias do gênero plano de governo, a julgar pelo fato de os candidatos apresentarem propostas que eles julgam e avaliam serem viáveis de serem executadas em seu futuro mandato.

No que diz respeito ao valor modal volitivo de opção (26 ocorrências, que totalizam 5,8%), este diz respeito, segundo Oliveira (2017), à possibilidade de realização de um evento desejado pelo falante (candidato), mas que lhe foge ao controle [-controle], em razão da dependência de fatores externos que poderiam facilitar a concretização desse evento, como podemos averiguar na ocorrência (16):

(16) *Queremos uma cidade democrática, sem déficit habitacional, com os equipamentos públicos (posto de saúde, creche pública, escolas municipais e saneamento básico) seja com qualidade e atenda toda a população fortalezense (Paula Colares – UP).*

Em (16), a candidata Paula Colares emprega o modalizador *querer*, em sua forma plena, para expressar o desejo (opção) de seu grupo partidário (o que pode ser evidenciado por meio da marca de primeira pessoa do plural, *nós*) de que a cidade de Fortaleza seja democrática, sem déficit habitacional e com os equipamentos públicos de qualidade para toda a população. Ponderamos que o evento volicionado sobre o qual recai a qualificação modal volitiva é dependente de fatores externos à candidata e a sua coligação partidária para que seja realizado, o que, de fato, intensifica a volição instaurada [+desejo].

Em relação aos valores modais deônticos de proibição (negação de obrigação/permissão) e permissão (possibilidade deôntica), verificamos que eles também podem revelar as atitudes do falante (candidato) perante o que é articulado em seu discurso, como podemos ver nas ocorrências (17) e (18):

(17) *O conceito de Atenção Primária à Saúde é internacional e se alicerça em uma ideia de solidariedade da qual se tem como premissa que a saúde é um bem inalienável do ser humano e como tal não deve estar à mercê de interesses econômicos, ou seja, garantir a saúde das pessoas dialoga com a premissa da dignidade humana (Renato Roseno – Psol).*

(18) *Compreendendo que a elaboração de uma Fortaleza da gente não se encerra na apresentação deste documento e deve envolver toda a cidade, foi criado um site participativo, por meio do qual a população pode deixar suas ideias para a cidade (Renato Roseno – Psol).*

Em (17), o valor modal de proibição (negação de obrigação) é instaurado por meio do auxiliar modal *dever* antecedido de uma partícula de negação (*não*), em que o candidato Renato Roseno reporta, baseado na premissa da dignidade humana, a proibição de realização do evento que está sobre a qualificação modal deôntica, no caso, que o acesso à saúde esteja à mercê dos interesses econômicos. Em (18), o valor modal de permissão (possibilidade deôntica) é instaurado por meio do auxiliar modal *poder*, em que o candidato Renato Roseno instaura sobre o participante descrito pelo predicado (*a população*) a permissão de realizar o evento que está

sobre a qualificação modal deôntica, em questão, a possibilidade de deixar suas ideias para a cidade em um site participativo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, pretendemos analisar sobre alguns aspectos pragmáticos e semânticos envolvidos na instauração das modalidades deôntica e volitiva como recurso e estratégia argumentativa nos planos de governos dos(as) candidatos(as) à prefeitura de Fortaleza nas eleições 2020. Assim sendo, discorreremos acerca dos trabalhos desenvolvidos sobre *Modalização Discursiva*, em que averiguamos que a categoria modalidade pode ser empregada como um recurso argumentativo, haja vista que está relacionada às atitudes do falante perante o que é dito em seu discurso. Abordamos também sobre a tipologia das modalidades de Hengeveld (2004), que nos serviu de aporte teórico para a qualificação das modalidades deôntica e volitiva, com base, especificamente, em dois parâmetros principais: o domínio semântico e a orientação modal.

Para a composição do corpus, selecionamos os 10 planos de governo dos(as) candidatos(as) à prefeitura de Fortaleza nas eleições 2020, cujo conteúdo serviu de base para a escolha apenas das modalizações deônticas e volitivas a partir dos parâmetros propostos por Hengeveld (2004). Para a análise quantitativa dos dados, recorreremos ao *Statistical Package for Social Science* – SPSS (versão 22 para Windows). No que diz respeito à qualificação dos conteúdos modais deônticos e volitivos, pautamos categorias de análise de ordem pragmática (*a posição do falante na incidência do valor modal e a orientação política do candidato*) e semântica (*a orientação modal e os valores modais*).

Com base nessas categorias de análise, constatamos que, para a modalidade deôntica, os(as) candidatos(as) optaram por se excluir do valor modal instaurado, buscando prescrever normas e regras de conduta de âmbito geral e já reguladas socialmente; enquanto, para a modalidade volitiva, preferiram se incluir, pretendendo almejar uma aproximação com o seu eleitorado. No tocante à orientação política do candidato, atestamos que, independentemente de o partido ser de esquerda, centro-esquerda ou direita, houve uma preferência pelas modalizações deônticas, em que estas poderiam asseverar a força ilocucionária quando coocorriam duas modalidades deôntica em um mesmo enunciado modalizado ou quando era empregado o futuro do presente. Por outro lado, ocorria uma atenuação da força ilocucionária quando os(as) candidatos(as) faziam uso do futuro do pretérito.

Em relação à orientação modal, constatamos que a modalidade deôntica foi instaurada, majoritariamente, com orientação modal para o Evento, cuja deonticidade recaia sobre estados-de-coisas entendidos como obrigatórios, sem a especificação de um sujeito em particular, preservando, portanto, a face dos(as)

candidatos(as). Por seu turno, a modalidade volitiva foi instaurada, preferencialmente, com orientação modal para o Participante, em que os(as) candidatos(as) buscaram manifestar suas intenções, pretensões e disposições de realizarem ações políticas, dando sempre voz a coletividade, como forma de se mostrarem “porta-vozes” da população fortalezense. No que diz respeito aos valores modais instaurados, o valor de obrigação (modalidade deôntica) foi o mais recorrente, seguido do valor de intenção (modalidade volitiva), cuja recorrência se deveu ao caráter acional desses valores modais.

Assim, evidenciamos que os aspectos pragmáticos e semânticos das modalidades deôntica e volitiva podem funcionar como recurso e estratégia argumentativa, tendo em vista que os conteúdos modais são articuladas com base nas intenções comunicativas do falante (candidatos), em que este busca modificar as informações pragmáticas de seus ouvintes (eleitores) no intuito de fazê-los mudar de atitude, de pensamento, de crença, etc., acerca de uma determinada temática, almejando, dessa forma, ganharem as eleições municipais.

Referências

CASTILHO, A.T.; CASTILHO, C. M. M de. Advérbios Modalizadores. In: ILARI, R. (Org.). **Gramática do Português Falado**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, p. 199-247.

CERVONI, J. **A Enunciação**. São Paulo: Ática, 1989.

COMPARINI, A. M. P. A modalização deôntica no discurso jurídico. In: PEZATTI, E. G. (Org). **Pesquisas em gramática funcional**: descrição do português. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 173-201.

GIOMI, R. **Para uma caracterização semântica do futuro sintético romântico**: descrição e análise dos valores do futuro do indicativo em português e em italiano. 2010. 232 f. Dissertação (Mestrado) (Mestrado em Linguística Geral e Românica) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

HENGEVELD, K. Illocution, mood, and modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (eds.) **Morphology**: a handbook on inflection and word formation. Berlin: Mouton de Gruyter, v. 2, 2004, p.1190-1201.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LYONS, J. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MOREIRA DE OLIVEIRA, J. A trajetória da gramaticalização de ir + infinitivo em Português. **Revista Guavira Letras**, n. 22, p. 66-79, 2016.

NASCIMENTO, E. P. do. **Jogando com as vozes do outro**: argumentação na notícia jornalística. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

NASCIMENTO, E. P. do. A modalização deôntica e suas peculiaridades semântico-pragmáticas. **Revista Fórum Linguístico**. Florianópolis, v.7, n.1, jan-jun, 2010, p. 30-45.

NASCIMENTO, E. P. do.; SILVA, J. M. da. O fenômeno da Modalização. In: NASCIMENTO, E. P. do (Org.). **A redação comercial oficial: estratégias semântico-discursivas em gêneros formulaicos**. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2012, p. 63-100.

NEVES, M. H. de M. **Texto e Gramática**. 3. ed. São Paulo. Contexto, 2011.

OLIVEIRA, A. S. **La modalidad deôntica en lengua española: un análisis funcionalista en editoriales**. 2015. 136f. Monografia (Graduação em Letras Espanhol) – Departamento de Letras Estrangeiras, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

OLIVEIRA, A. S. **Modalidade volitiva em língua espanhola nos discursos do Papa Francisco em viagem apostólica**. 2017. 310f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2017.

OLIVEIRA, A. S. **A modalidade deôntica em função retórico-argumentativa nas Exortações Apostólicas do Papa Francisco**. 2019. 34f. Monografia (Especialização em Retórica e Argumentação) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Araraquara, Araraquara, 2019.

OLIVEIRA, A. S. Modalidade deôntica e construção argumentativa nas Cartas Apostólicas do Papa Francisco: uma análise semântico-discursiva da deonticidade. **Revista Odisseia**, v. 5, n. 2, 2020a, p. 39-58.

OLIVEIRA, A. S. Modalidade volitiva e construção argumentativa nos discursos de Donald Trump em língua espanhola. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 1, n. 20, 2020b, p. 51-80.

PALMER, F. R. **Mood and modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SILVA DOS ANJOS, D. **Desenvolvimento do sistema de informação para apoio à análise da qualidade dos planos de governo com base na metodologia de Baer (1997)**. 2004. 267f. Monografia (Graduação em Sistemas de Informação) – Departamento de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

Para citar este artigo

OLIVEIRA, A. S.; LOPES, M. de F. S. As modalidades deôntica e volitiva em planos de governo. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 10, n. 5, 2021, p. 58-80.

Os autores

ANDRÉ SILVA OLIVEIRA é professor mestre de Língua Espanhola da Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (FELCS/UFRN). Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGL/UFC).

MARIA DE FÁTIMA SOUSA LOPES é mestre em Linguística (UFC). doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGL/UFC).